

TCC/UNICAMP
C431p
1290004352/IE

*Chiba Alessandra
2010*



1290004352

TCC/UNICAMP
C431p
IE



UNICAMP

ALESSANDRA CHIBA

CEDOC - IE - UNICAMP

**O PAPEL DA CHINA NA “RECUPERAÇÃO” DA
ECONOMIA JAPONESA NO PERÍODO DE 2002 A
2007**

CEDOC - IE - UNICAMP

Campinas

2009

201000329

ALESSANDRA CHIBA

**O PAPEL DA CHINA NA “RECUPERAÇÃO” DA
ECONOMIA JAPONESA NO PERÍODO DE 2002 A
2007**

Monografia apresentada junto ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas, na área de Economia Internacional, como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel, sob orientação do Prof^o Dr. André M. Biancareli.

Biancareli, André Mantovani

Campinas

2009

RESUMO

Após a economia japonesa ter se destacado pelas altas taxas de crescimento do PIB dentre as nações industrializadas no período pós-guerra, na segunda metade de 1980, verificou-se o surgimento e rompimento de uma bolha especulativa de ativos.

Com o estouro da bolha, o cenário observado na economia japonesa durante os anos 1990 foi de baixo crescimento econômico e deflação de preços.

A partir de 2002, observa-se um novo ciclo de expansão econômica, revertendo uma década de estagnação econômica. As relações entre o Japão e a China se intensificaram a partir do mesmo período, principalmente as comerciais. Esta recuperação indica que a China pode ter desempenhado um papel relevante nesse processo.

Palavras-chave: estagnação econômica; Japão; recuperação da economia; relações Japão-China.

ABSTRACT

After the Japanese economy has been highlighted by the high GDP growth rates among the industrialized nations in the postwar period, in the second half of 1980 there was the emergence and bursting of a speculative bubble in assets. With the bubble burst, the pattern seen in the Japanese economy during the 1990's was low economic growth and price deflation.

Since 2002, a new cycle of economic expansion is observed, reversing a decade of economic stagnation. The relations between Japan and China have intensified from the same period, mainly the commercial ones. This recovery indicates that China may have played a role in this process.

Key-words: economic stagnation, Japan, economic recovery, Japan-China relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 - A ECONOMIA JAPONESA: CRISE E RECUPERAÇÃO	6
1.1 ANTECEDENTES À CRISE DOS ANOS 1990.....	6
1.2 O ESTOURO DA BOLHA E A ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA	10
1.3 A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA JAPONESA	13
CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA CHINESA E SEU PAPEL NA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA JAPONESA	22
2.1 A CHINA E A DINÂMICA REGIONAL ASIÁTICA	22
2.2 AS RELAÇÕES JAPÃO-CHINA.....	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31

INTRODUÇÃO

O Japão apresentou um longo período de contínuo crescimento no pós-guerra, sendo considerado como uma das experiências mais brilhantes de industrialização tardia. A partir de uma situação de país destruído pela guerra transitou para o de uma potência capitalista em menos de duas gerações.

Esse processo que teve início com a Restauração Meiji em 1868 e se acentuou após a Segunda Guerra Mundial com o apoio dos Estados Unidos, tornou possível a reinserção internacional da economia japonesa com taxas de crescimento em torno de 10% a.a. entre 1953 e 1973, período que ficou conhecido como “Milagre Econômico”.

O crescimento foi impulsionado pelo dinamismo do setor industrial, com destaque para os setores de bens de capital, maquinaria e eletrônicos, aliado a uma ampla participação do Estado na condução desse processo de desenvolvimento, através da criação e execução de uma estratégia industrial robusta.

Mesmo com os choques do petróleo durante a década de 1970, a economia japonesa ainda mantinha taxas positivas de crescimento do PIB, em torno de 4%, nível mais elevado dentre os países desenvolvidos.

Já na década de 1980, houve um acirramento das tensões da relação entre o Japão e os EUA, culminando no Acordo do Plaza, que provocou uma série de desdobramentos sobre a economia japonesa, dentre eles o surgimento de uma bolha especulativa de ativos. Com o estouro da bolha, o Japão mergulhou em uma profunda recessão econômica, deflação, déficits fiscais e problemas no setor bancário durante os anos 1990.

Após o longo período de estagnação econômica, a partir de 2002 há uma reversão desse quadro. Desde então, a economia japonesa passou a mostrar sinais de recuperação.

Diante deste cenário, o presente trabalho busca fazer uma análise sobre a recuperação da economia japonesa, onde serão mostrados os principais indicadores econômicos. O período escolhido para a pesquisa é de 2002 a 2007, período que configura um estreitamento das relações entre o Japão e a China, principalmente as comerciais. Dessa maneira, busca-se averiguar o papel desempenhado pela China na recuperação japonesa.

O estudo está dividido em dois capítulos. O capítulo 1 traça um quadro geral da economia japonesa do período de crescimento acelerado, passando pela grave crise econômica durante a década de 1990, até sua fase mais recente nos anos 2000. O capítulo 2 discute o papel da China da dinâmica regional asiática e sua contribuição para a economia nipônica.

CAPÍTULO 1 - A ECONOMIA JAPONESA: CRISE E RECUPERAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo dar um panorama da evolução da economia japonesa do período pós-Segunda Guerra Mundial, passando pela profunda crise enfrentada pelo país na esteira do estouro da bolha de ativos, até seu desempenho recente. Na primeira seção, examina-se as linhas gerais da transição de uma economia derrotada pela guerra para uma potência capitalista em menos de 20 anos. Em seguida, aborda-se as principais mudanças ocorridas a partir de 1970, com destaque para o Acordo do Plaza e seus desdobramentos, que aliado à liberalização do sistema financeiro, culminou no surgimento e estouro da bolha especulativa de ativos e a consequente estagnação econômica que assolou o Japão durante os anos 1990. Na última seção, procura-se verificar se a partir de 2002 há uma recuperação da economia japonesa, revertendo o cenário observado na década anterior, através da análise de indicadores selecionados.

1.1 ANTECEDENTES À CRISE DOS ANOS 1990

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a rendição do Japão aos Estados Unidos, a situação econômica, política e social do país era precária. Cidades, redes de transporte e indústrias locais encontravam-se completamente destruídas. Havia escassez de matérias-primas e alimentos, alta inflação, recessão e desemprego crescente.

Os EUA pretendiam punir severamente a intentada militarista japonesa. A política empregada pelo governo americano com relação ao país derrotado contribuiu ainda mais para seu agravamento, através da desmontagem dos principais grupos econômicos consolidados, mais conhecidos como *zaibatsu*, além da desmobilização e enfraquecimento da economia e sociedade. Tinham como objetivo transformar o Japão em uma nação nos moldes americanos, democrática e com economia concorrencial, e de evitar uma possível recuperação da posição de potência asiática, espaço reservado a partir de então à China, aliado dos americanos na Guerra (Torres, 1997).

Diante desse cenário, poucos acreditavam em uma possível retomada da economia japonesa. Parecia que o projeto nacional-desenvolvimentista iniciado com a Revolução Meiji havia terminado e o futuro era incerto.

No entanto, houve um acirramento da Guerra Fria a partir de 1947, com os Estados Unidos sendo induzidos a rever sua estratégia geopolítica internacional. Com a Revolução

Chinesa de 1949, o Japão passava a ser um elemento estratégico na região. Era importante estabilizar as economias atingidas pela guerra tendo em vista o perigo de contágio do avanço comunista. A estratégia de retaliação para com o Japão passou a ser de recuperação de sua economia, buscando fortalecer as lideranças políticas locais e integrar o país à nova ordem internacional.

Seguindo essa estratégia, Torres descreve:

Os americanos [...] passaram a exigir a imediata estabilização da economia japonesa, como forma de deter o processo inflacionário e os déficits comerciais externos, mesmo que essa ação tivesse um alto custo social. [...] Diante da relutância do governo local em implementar suas ordens, as autoridades de ocupação decidiram impor um programa apoiado em um orçamento fiscal superavitário e, principalmente, no estabelecimento de uma paridade única e fixa entre o dólar e o iene (Torres, 1999, p. 235).

O ajuste ortodoxo imposto pelos Estados Unidos teve profundas implicações na economia japonesa. A inflação foi rapidamente controlada, mas a estagnação econômica perdurava. O déficit comercial continuava elevado mesmo com a abertura comercial e a paridade fixa.

Tendo em vista a gravidade desse quadro, o governo japonês negociou com os americanos alguns pontos que foram essenciais para que o crescimento acelerado se tornasse possível. O Estado passaria a controlar o câmbio, as importações e a entrada de capital estrangeiro, além de políticas de subsídio voltadas para as exportações no mercado americano.

A partir desse novo panorama, a reinserção da economia japonesa no cenário internacional foi realizada. Entre 1953 e 1973, o Produto Interno Bruto japonês cresceu a taxas próximas de 10% a.a., surpreendendo o mundo com sua capacidade de recuperação. Esse período ficou conhecido como “Milagre Econômico”.

O crescimento foi tão rápido que era difícil explicar, especialmente a partir do paradigma liberal, como um país pobre em recursos naturais, com elevado índice de desemprego, devastado pela Segunda Grande Guerra, atrasado tecnologicamente, protecionista comercialmente, avesso ao capital estrangeiro e com forte intervenção estatal, tinha conseguido, em menos de quinze anos, deixar definitivamente para trás o espectro de pobreza e do atraso, para se tornar, em 1968, a segunda economia do mundo capitalista (TORRES, 1999, p. 225).

Este crescimento acelerado e auto-sustentado foi impulsionado pelo dinamismo de sua estrutura industrial, com destaque para os setores de bens de capital, maquinaria e eletrônicos, que tinha como base produtos de alto valor agregado, em substituição à antiga estrutura

ancorada na agricultura e no setor têxtil, possível graças à rearticulação dos *zaibatsu* em grandes conglomerados, os *keiretsu*.

De acordo com Tavares (1991), os *keiretsu* se caracterizavam por possuírem uma nova estrutura de gestão baseada na flexibilidade e autonomia de seus integrantes aliados a uma estratégia de coordenação e concorrência acirrada, além de uma estreita relação entre as empresas pertencentes ao grupo, dentre elas indústrias e *trading companies*, e o sistema bancário, através de uma grande concentração de débitos junto aos bancos comerciais dos antigos *zaibatsu*, mais conhecidos como *city banks*. Foi a partir dessa intensa concentração de débitos de um determinado grupo de empresas em um mesmo banco que se formaram os modernos conglomerados, acentuando ainda mais a importância dos bancos comerciais dentro dos *keiretsu*.

Devido à própria estrutura do sistema financeiro com uma rígida regulamentação, “as empresas encontravam-se numa posição de grande dependência junto aos bancos no que se refere às alternativas de obtenção de recursos, ainda mais se considerando o contexto de elevados volumes de investimentos que marcou o período do milagre” (Levi, 1997, p.41).

Neste cenário, o governo japonês, através do Banco do Japão (BoJ), ajustou sua política monetária de forma a assegurar o suporte financeiro para a estratégia industrial de desenvolvimento. O governo também concedeu incentivos fiscais, creditícios e de importação; bem como promoveu a política de “concorrência entre iguais”, permitindo que os grandes grupos pudessem concorrer entre si nos setores definidos como estratégicos. Essa estratégia focada na concorrência entre os grandes grupos nacionais difere do padrão adotado pelos *zaibatsu* antes da Segunda Guerra, na medida que atuavam em setores distintos, e foi o principal fator de dinamismo da economia japonesa (Tavares, 1991).

A concorrência entre os grandes grupos tornou-se tão intensa e só foi possível devido à estratégia protecionista praticada pelo governo nipônico em garantir o acesso ao mercado interno somente aos grupos nacionais, controlando as importações e o investimento direto estrangeiro. Isso permitiu que as empresas japonesas pudessem realizar seus investimentos com uma margem de segurança, sem a ameaça de competidores externos, e foi um ponto fundamental para o sucesso da economia japonesa (Torres, 1999).

Somente em meados da década de 1960, quando a balança comercial passou a ser estruturalmente superavitária e por pressão dos Estados Unidos, o governo aceitou iniciar um processo de eliminação das barreiras formais à entrada de mercadorias e de capitais estrangeiros, bem como dos mecanismos de promoção às exportações que não fossem aceitos pelas regras da “boa convivência entre nações responsáveis”. Nesse momento, os grupos

econômicos nacionais já tinham acumulado porte e experiência suficientes para fazer frente diretamente a seus competidores estrangeiros (Torres, 1999, p. 241).

Na década de 1970, a conjuntura internacional mudou expressivamente. Com o Choque do Petróleo de 1973, a economia japonesa entrou em ritmo de desaceleração, enquanto a inflação, desemprego e o déficit externo aumentavam. Entretanto, manteve taxas de crescimento positivas próximas de 4% a.a. até 1991, que apesar de bem inferiores às das décadas anteriores, mantinha-se bem acima de outros países desenvolvidos. E a despeito da forte restrição externa imposta pelo choque, o Japão passou a liderar vários setores industriais relevantes mundialmente, como a automobilística, eletrônica e os bens de capital. (Tavares, 1991).

Na tentativa de reafirmar a sua hegemonia econômica retomando o controle financeiro internacional, os Estados Unidos passaram a adotar a política do dólar forte já no final da década de 1970. Com a valorização do dólar, houve uma aceleração das exportações japonesas. Foi possível que o país acumulasse mega-superávits comerciais, principalmente com os americanos, tornando-se o principal credor líquido mundial. Isso contribuiu para o aumento da tensão com os EUA, tendo em vista que os americanos até então ocuparam tal posição. Estes passaram a depender cada vez mais de financiamento de longo-prazo de capitais japoneses.

A resposta americana veio através do Acordo do Plaza em 1985. Com esse acordo, os EUA pressionaram para que a moeda de seus concorrentes se valorizasse com relação ao dólar.

Era esperado que com o acordo o iene se valorizasse. Entretanto, as sucessivas valorizações da moeda nipônica - *endaka*¹, ficaram acima do esperado, prejudicando em grande número os exportadores e investidores japoneses que haviam se exposto ao mercado americano. Isso gerou uma série de efeitos à economia interna, como retração econômica e das taxas de lucro, e iniciou-se um intenso processo de internacionalização de suas indústrias e capitais (Torres, 1997).

O cenário a partir de então contrasta radicalmente com o desempenho da economia japonesa nos 40 anos anteriores. A década seguinte seria marcada por uma profunda recessão que perduraria por muitos anos, que será detalhada no tópico seguinte.

¹ *Endaka* (iene forte) é o nome dado ao fenômeno de supervalorização do iene.

1.2 O ESTOURO DA BOLHA E A ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA

Para compreender melhor o processo que desencadeou na crise da economia japonesa, Torres (1997) nos remonta ao início da década de 1980, período marcado pelo *Reagonomics* e mudanças no cenário internacional. A partir de 1979, os EUA passaram a adotar uma política monetário-financeira restritiva, com a elevação da taxa de juros pelo *Federal Reserve*, ante o objetivo de restaurar o papel do dólar como moeda de reserva no plano internacional. As novas taxas se situaram em patamares acima de 15% ao ano no período de 1980 a 1982, além de amplas flutuações. Esse processo levou a uma ampla valorização do dólar frente a seus parceiros comerciais.

Aliado a esse processo, houve uma mudança brusca na política fiscal americana, com a redução dos impostos a partir de 1981. Como resultado, a economia americana passou a crescer mais rapidamente que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No entanto, esse crescimento logo encontrou dificuldades devido à concorrência com outros produtores estrangeiros, que estavam mais bem preparados para ocupar espaço no crescente mercado americano. As importações americanas se aceleraram na década de 1980 em cerca de 50%, levando a déficits comerciais recorrentes com o resto do mundo, especialmente com o Japão (Torres, 1997).

Com o aumento das exportações japonesas para os EUA, o Japão passou a acumular mega-superávits em conta corrente, tornando-se o principal credor líquido do mundo já em 1985, papel antes ocupado pelos americanos.

O acúmulo de dólares em volumes tão elevados em um curto espaço de tempo era um fato inédito na economia japonesa e implicou em novos desafios.

O primeiro era como realizar a transferência para o exterior desses gigantescos excedentes em moeda estrangeira – basicamente dólares americanos – minimizando os desajustes macroeconômicos decorrentes desse processo. O segundo era como enfrentar as pressões norte-americanas no sentido de flexibilizar as limitações às importações de bens e serviços estrangeiros e à liberalização do mercado financeiro japonês. Na visão dos EUA, o Japão deveria permitir uma maior internacionalização do iene para com isto aumentar a demanda pela moeda japonesa e, assim, permitir que o mercado auxiliasse o reequilíbrio das contas bilaterais (Torres, 1997, p. 389).

A partir de então, houve uma série de mudanças no sistema financeiro japonês devido às constantes pressões por uma valorização do iene e liberalização financeira. O governo iniciou o processo de liberalização primeiramente relaxando os controles sobre a saída de

capitais até sua completa extinção em 1980. Outra mudança se refere ao mercado cambial com a eliminação dos limites para os bancos japoneses manterem “posições abertas” em moeda estrangeira.

A liberalização financeira significou maior autonomia de atuação de bancos e empresas, como também implicou numa profunda alteração do conjunto de mecanismos disponíveis para a condução da política econômica através do sistema financeiro. Com estas mudanças impostas pela liberalização, houve uma redução da capacidade do governo de exercer influência sobre onde aplicar os recursos (Hanzawa, 2004, 20).

Esse quadro de relativa estabilidade foi afastado com o Acordo do Plaza de 1985. Através dele foi acordado que as principais economias mundiais viabilizariam a desvalorização gradual da moeda estadunidense. “As autoridades japonesas foram obrigadas a assinarem esse Acordo, pois era a única saída para manter o acesso ao mercado americano, que estava se tornando crescentemente protecionista” (Hanzawa, 2004, p.23).

Era esperado que a moeda japonesa deveria deixar o nível em que se encontrava, porém a magnitude da valorização do iene foi bem mais elevada, implicando mudanças profundas na economia japonesa, como redução na taxa de crescimento da economia e na taxa de lucro dos exportadores. Além disso, deu início a um novo capítulo da economia japonesa, com o processo de internacionalização de suas indústrias e capital.

A expectativa crescente de valorização da moeda estimulou ganhos especulativos com operações de arbitragem, além da contratação de empréstimos no exterior, no qual o valor de recursos contraídos na moeda estrangeira se tornava menor comparado à moeda local.

Com o objetivo de evitar que esse excesso de dólares levasse a uma maior valorização da taxa de câmbio, o governo japonês passou a adotar novas medidas na economia, como a desregulamentação das taxas de juros sobre depósitos e a introdução de novos produtos financeiros (Torres, 1999).

Além desses fatores, com a redução da taxa de redesconto, que passou a 2,5% em fevereiro de 1987, sua menor taxa até o momento, esperava-se que os investidores se sentissem atraídos pela maior rentabilidade dos ativos estrangeiros devido ao aumento do diferencial com as taxas de juros americanas. A redução também tinha como objetivo “criar condições para que a demanda interna crescesse, compensando a perda do impulso exportador, que havia sustentado o crescimento da economia japonesa ao longo da primeira metade dos anos 80” (Torres, 1997, p 392).

A queda na taxa de juros de fato incentivou o consumo privado e o investimento, especialmente em bens imobiliários. Mas também contribuiu para que as empresas buscassem continuamente ganhos financeiros com operações especulativas e em investimento de portfólio, ao contrário do caráter produtivista em investimento direto que havia caracterizado a economia japonesa nos anos anteriores (Torres, 1997).

Outro aspecto que merece destaque é que com a liberalização financeira houve uma profunda alteração da estrutura que sustentou os *keiretsu*, através da fragilização do relacionamento existente entre as empresas e bancos dentro dos conglomerados. As empresas passaram a buscar fontes alternativas de financiamento bem como novas oportunidades de aplicação em fundos no exterior. E os bancos comerciais perderam o espaço que detinham em fornecer liquidez para os grandes grupos e passaram a fornecer crédito a pequenas e médias empresas e ao setor imobiliário, se expondo aos riscos de maneira crescente (Torres, 1999).

O redirecionamento de novos investimentos para o exterior deve ser entendido como parte do processo especulativo desenvolvido a partir da metade da década de 1980 no mercado doméstico japonês.

O processo especulativo uma vez em andamento criou condições para sua própria reprodução em escala ampliada. A valorização dos ativos ocasionava um crescimento no patrimônio dos investidores. Este capital adicional aumentava-lhes a capacidade de endividamento junto ao setor bancário, já que no Japão os empréstimos geralmente são garantidos por ações ou terras. Muitas empresas faziam, então, uso desse novo potencial de alavancagem financeira para carregar ainda mais recursos para as bolsas e para o mercado imobiliário, ampliando ainda mais o valor destes ativos, o que realimentava o processo (Torres, 1997, p.396).

O aumento da demanda interna por aplicações e ganhos financeiros levou a uma elevação do preço das ações e da terra em uma espiral ascendente, alimentados pela alta liquidez interna, atingindo seu pico em 1989. Nesse momento, o Banco do Japão adotou uma política restritiva de crédito, elevando gradualmente a taxa de redesconto até atingir 6% no terceiro trimestre de 1990. Porém, essas medidas não estavam surtindo os efeitos esperados. Então o Ministério das Finanças determinou no início de 1990 que os bancos limitassem seus empréstimos somente a imóveis. Assim a bolha especulativa estourou (Torres, 1997).

O cenário seguinte foi de uma queda sistemática nas Bolsas de Valores, deixando ilíquidas famílias e empresas que haviam se endividado através de investimentos alavancados.

A rápida deflação no mercado de ativos afetou negativamente a economia japonesa, lançando o país em uma profunda recessão que perdurou durante anos. A redução nas taxas de crescimento vem associada à precária situação financeira dos atores econômicos com problemas no setor bancário, déficit fiscal e dívida pública crescentes, dificuldade na recuperação nos preços dos ativos e uma crescente falta de confiança entre consumidores e empresas. Além disso, como consequência da desvalorização dos imóveis e das ações, as empresas que mantinham posições alavancadas sofreram graves prejuízos patrimoniais, pois as garantias dadas aos bancos perderam valor de mercado, gerando um grande volume de créditos insolventes (Torres, 1999).

Com relação aos dados do desempenho econômico japonês verificado entre os anos de 1991 e 2001, estes contrastam drasticamente com as três décadas anteriores. A taxa média de crescimento do PIB ficou ligeiramente acima de 1%, tendo decrescido em diversos anos. O investimento fixo das grandes empresas reduziu-se em cerca de -5,5%; enquanto que o das pequenas, em -7,1%. As vendas ao varejo também despencaram, acumulando redução de -8,8% ao longo desses anos. A taxa de desemprego subiu de 2,1% em 1991 para 4,7% em 2001, um aumento de 124%. O superávit comercial sofreu forte inconstância no período, indo de Y\$ 118 bilhões para Y\$ 71 bilhões. Por último, o índice de preços ao consumidor: negativo durante a maior parte do período, saiu de uma inflação de 2,7% em 1991 para uma deflação de 1,0% em 2001 e a taxa de juros de curto prazo: declínio constante, de 5,5% para 0%, no mesmo período (Merschman, 2007).

Outra característica do período é a constante e nem sempre bem-sucedida utilização de instrumentos de política monetária, como a redução da taxa de juros que está próxima de zero, e/ou instrumentos de política fiscal, como os pacotes de estímulo com obras públicas com cortes de impostos, com o intuito de recuperar o nível de atividade da economia japonesa (Hanzawa, 2004, p.32).

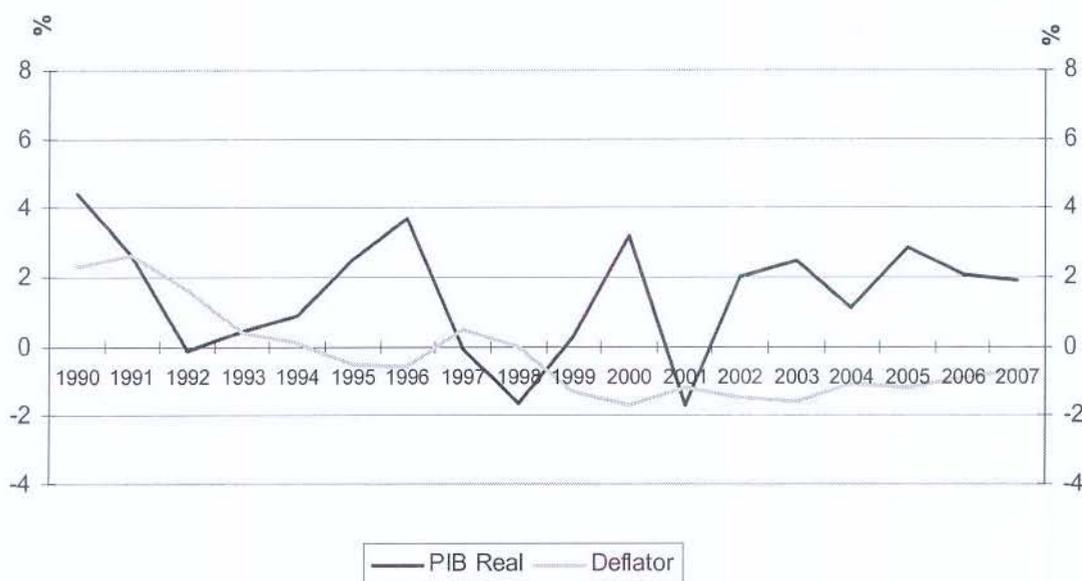
1.3 A RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA JAPONESA

Após um longo período de estagnação econômica que assolou o Japão durante a década de 1990, caracterizada pelas baixas taxas de crescimento do PIB, deflação de preços, acúmulo de empréstimos não-realizáveis e dívida pública crescente, a partir de 2002 observou-se um novo ponto de inflexão cíclico.

A economia japonesa passou a mostrar sinais de recuperação, demonstrados pelo crescimento do PIB, que de 2002 a 2007 foi de 2,1%, ao contrário do período de 1992 a 2002 quando foi cerca de 1%, o mais baixo na área da OCDE e marcado por amplas flutuações e grande instabilidade. Através dos gráficos seguintes é possível perceber uma maior regularidade no comportamento do PIB, com taxas positivas e ascendentes no período em questão.

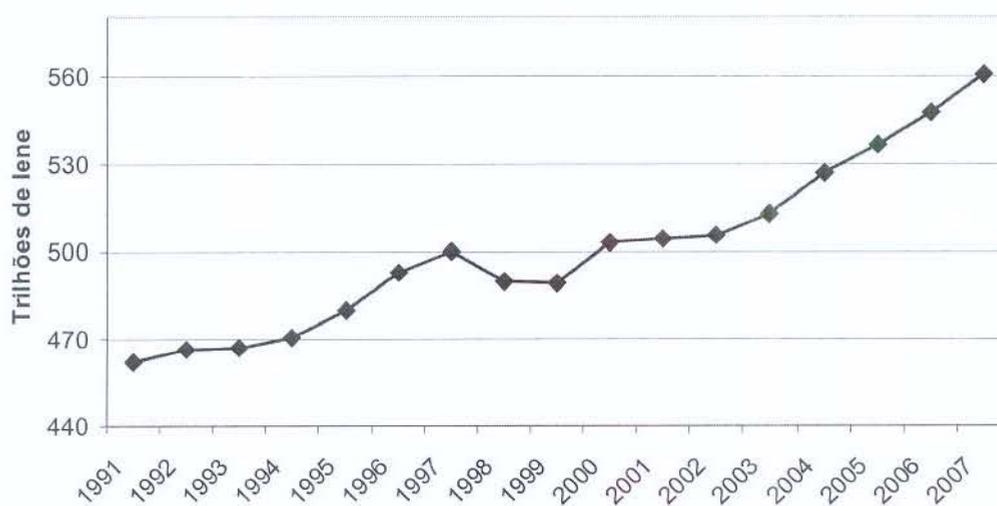
Gráfico 1 – Crescimento Econômico

(Variação percentual do PIB real em relação ao ano anterior)



Fonte: Cabinet Office

Gráfico 2 – PIB Real com base em 2000



Fonte: Cabinet Office

A Tabela 1 mostra os principais componentes que contribuíram para o crescimento econômico, comparando o período de 1992 a 2002 com o de 2002 a 2007. Já a Tabela 2 mostra a contribuição na variação do PIB por componente da demanda.

Tabela 1 – Componentes do Crescimento Econômico
(Variação Percentual Média Anual - Base 2000)

	1992-2002	2002 a 2007	Variação
PIB Real	0.8	2.1	1.3
Demanda Doméstica	0.7	1.4	0.6
Demanda Privada	0.3	2.0	1.7
Consumo Privado	1.3	1.1	-0.2
Consumo das Famílias	1.2	1.1	-0.2
Investimento Privado Residencial	-2.2	-2.0	0.2
Investimento Privado Não-residencial	-1.6	5.4	7.0
Demanda Pública	2.4	-0.7	-3.1
Consumo do Governo	2.9	1.6	-1.3
Investimento Público	1.1	-8.6	-9.7
Exportação de Bens e Serviços	3.8	9.6	5.8
Importação de Bens e Serviços	3.8	4.7	0.9

Fonte: Cabinet Office

Tabela 2 – Contribuição na variação do PIB por componente da demanda

Items	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
1. Demanda Doméstica	2,7	0,3	0,0	1,1	2,5	3,1	0,5	-2,4	-0,0	2,4	1,0	-0,4	0,8	1,9	1,7	1,2	1,3
(1) Demanda Privada	2,0	-1,1	-1,3	0,4	1,9	2,3	1,1	-2,4	-1,1	2,3	0,7	-0,5	1,0	2,1	1,9	1,4	1,2
a. Consumo Privado	1,2	1,1	0,5	1,2	1,0	1,4	0,4	-0,5	0,6	0,4	0,9	0,6	0,2	0,9	0,8	0,9	0,4
b. Investimento Residencial Privado	-0,3	-0,3	0,1	0,4	-0,2	0,6	-0,6	-0,7	0,0	0,0	-0,2	-0,2	-0,0	0,1	-0,1	0,0	-0,3
c. Investimento fixo de empresas (não-residencial)	0,9	-1,5	-1,8	-0,9	0,5	0,2	1,2	-1,0	-0,6	1,0	0,2	-0,7	0,6	0,8	1,3	0,3	0,9
d. Estoque Privado	0,2	-0,5	-0,2	-0,2	0,6	0,1	0,1	-0,2	-1,0	0,9	-0,2	-0,3	0,2	0,3	-0,1	0,2	0,3
(2) Demanda Pública	0,7	1,4	1,4	0,7	0,6	0,8	-0,5	-0,1	1,1	0,0	0,3	0,1	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2	0,1
a. Consumo do Governo	0,5	0,4	0,4	0,5	0,6	0,3	0,1	0,3	0,7	0,7	0,5	0,4	0,4	0,3	0,3	0,1	0,4
b. Investimento Público	0,2	1,1	0,9	0,1	0,1	0,5	-0,6	-0,3	0,4	-0,8	-0,2	-0,3	-0,7	-0,5	-0,5	-0,3	-0,3
c. Estoque Setor Público	-0,0	0,0	0,0	0,0	-0,0	0,0	-0,0	0,0	-0,0	0,1	-0,0	0,0	-0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2. Saldo da Balança Comercial	0,6	0,5	0,1	-0,2	-0,6	-0,5	1,0	0,4	-0,1	0,5	-0,8	0,7	0,7	0,8	0,3	0,8	1,1
(1) Exportação de Bens e Serviços	0,5	0,4	0,0	0,4	0,4	0,5	1,1	-0,3	0,2	1,3	-0,8	0,8	1,0	1,7	0,9	1,4	1,4
(2) Importação de Bens e Serviços	0,1	0,1	0,1	-0,6	-1,0	-1,0	-0,0	0,7	-0,3	-0,8	-0,1	-0,1	-0,4	-0,8	-0,7	-0,5	-0,2
PIB Real	3,3	0,8	0,2	0,9	1,9	2,6	1,6	-2,0	-0,1	2,9	0,2	0,3	1,4	2,7	1,9	2,0	2,4

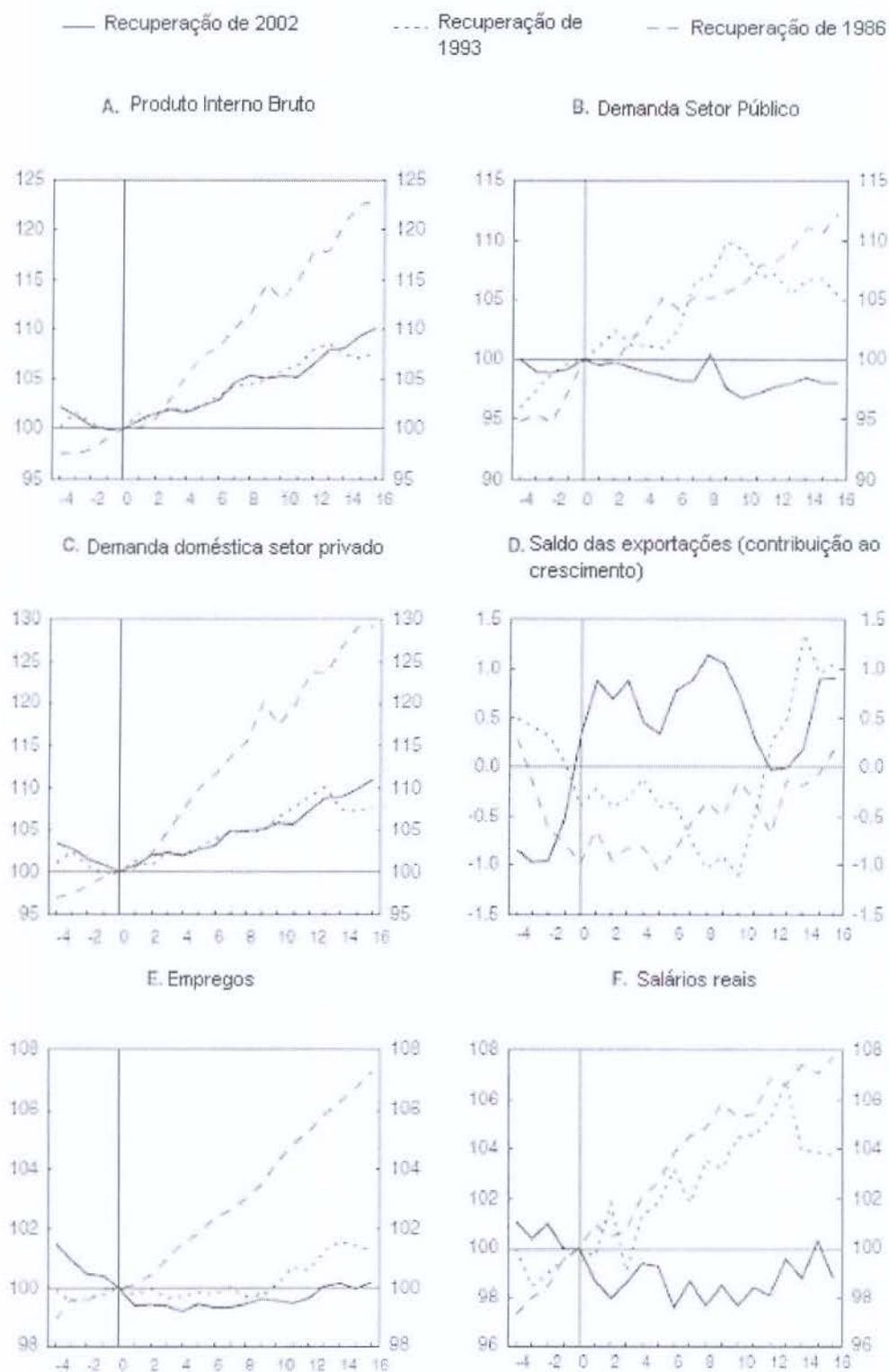
Fonte: Cabinet Office

Os dados indicam que a expansão tem sido impulsionada em grande medida pelo forte crescimento dos investimentos privados, com uma taxa de crescimento anual de mais de 5% durante os cinco anos analisados, e principalmente pelas exportações, com uma taxa próxima de 10% a.a. Esses dois componentes de maneira conjunta representam cerca de três quartos do aumento da produção desde 2002. Em contraste, a demanda pública teve um desempenho marginal, com participação negativa do investimento público durante seis anos consecutivos. Através da Figura 3 fica nítida a grande participação das exportações, elemento que difere esta recuperação das demais (OCDE, 2008).

Dentre os possíveis fatores que influenciaram o investimento das empresas, podemos destacar três. Primeiro, a reestruturação do setor privado, reduzindo níveis excessivamente elevados de endividamento, capacidade de produção e emprego, incentivando, dessa maneira, a demanda por bens de capital. Segundo, a melhoria no setor bancário. Com a redução dos empréstimos não-realizáveis desde 2002, os empréstimos bancários passaram a aumentar a partir de 2005. E em terceiro lugar, a aceleração do crescimento das exportações, de menos 4% no início da década 1992 para aproximadamente 10% no período de 2002 a 2007, contribuiu para o aumento da rentabilidade das empresas e criou uma demanda por capacidade adicional, incentivando, assim, grandes investimentos (OCDE, 2008).

Já o consumo privado tem uma participação discreta, limitado pelo aumento dos impostos e declínio dos salários. Após o giro positivo em 2005-06, os salários caíram 0,7% em 2007 (Gráfico 4). Essa queda nos salários reflete vários fatores estruturais. Primeiro, a proporção crescente de trabalhadores em tempo parcial reduziu a média geral do nível salarial. Segundo, a aposentadoria em larga escala está provocando a substituição de trabalhadores bem pago por trabalhadores mais jovens com salários mais baixos. No entanto, é esperada uma reversão dessa tendência, conduzindo a aumentos salariais nos próximos anos, após o pico no número de aposentadorias no final de 2007 (OCDE, 2008).

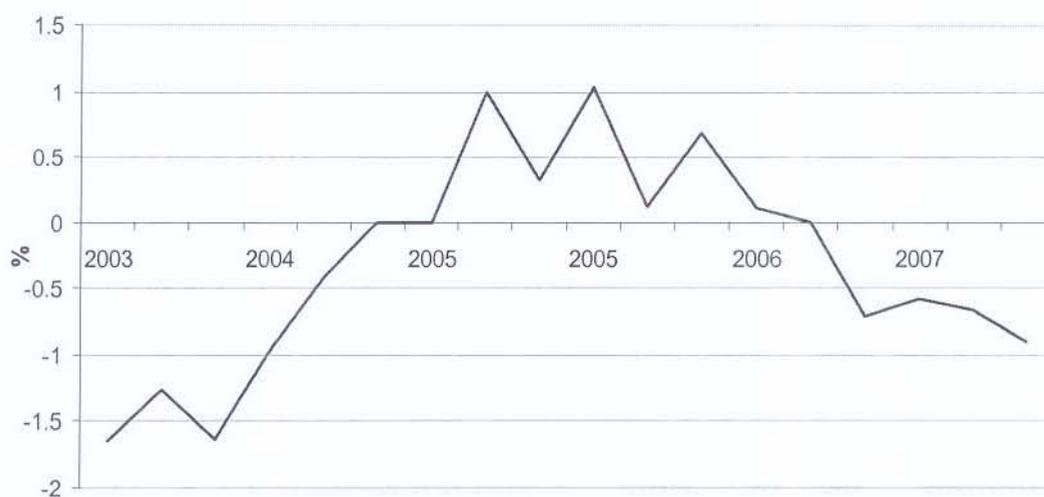
Gráfico 3- Comparação da recuperação atual com as passadas
(Mudanças nos 16 trimestres após o início da recuperação)



Fonte: Ministry of Health, Labour and Welfare and OCDE Economic Outlook 79 database

Gráfico 4- Crescimento nos salários reais

(Variação Percentual Anual)

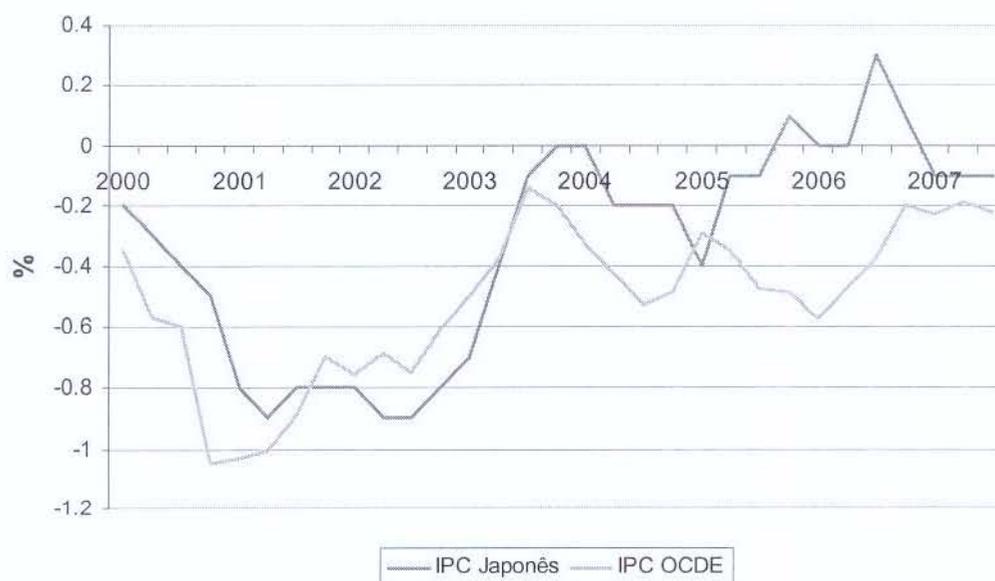


Fonte: Ministry of Health, Labour and Welfare, Monthly Labour Survey.

Outro ponto é com relação ao Índice de Preços ao Consumidor (IPC). A definição da OCDE para o índice exclui alimentos e energia, enquanto o japonês exclui somente peixe fresco.

Gráfico 5- Índice de Preços ao Consumidor

(Variação percentual anual)



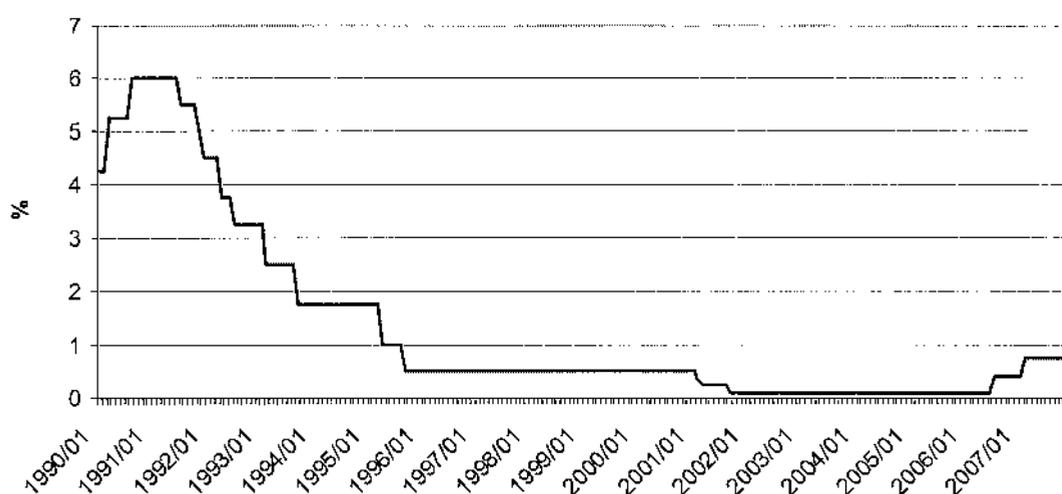
Fonte: OCDE Economic Outlook, No. 82 Database,

A questão da deflação de preços tem sido um dos grandes obstáculos da economia japonesa ao longo da última década. O Gráfico 5 mostra o comportamento do IPC. Em 2002 o índice foi negativo (-0,9%), passa a demonstrar uma tendência de elevação, mesmo que modesta, atingindo em 2006 uma variação positiva (0,2%). Ao final do ano de 2006, os preços passam a cair novamente, pressionados pela queda nos custos do trabalho. Com o retorno esperado do crescimento dos salários, os custos unitários de trabalho são projetados para estabilizar até 2009, reduzindo para baixo a pressão sobre os preços (OCDE 2008).

Outro indicador é a taxa de juros, cujo patamar se situou próximo de zero durante vários anos e é uma das características mais marcantes da estagnação japonesa.

Com a inflação entrando em um território positivo no primeiro trimestre de 2006, a taxa de juros real de curto prazo tornou-se negativa. Então o Banco do Japão pôs fim à política de flexibilização quantitativa que tinha introduzido em 2001 para combater a deflação e elevou a taxa de juros de curto prazo para 0,25% em julho de 2006 e, em fevereiro de 2007, para 0,5%. Com a nova estrutura da política monetária, buscou-se manter a estabilidade nos mercados financeiros, aumentando a transparência sobre a direção da política (OCDE 2006).

Gráfico 6- Taxa Básica de Desconto
(Taxas Anuais)



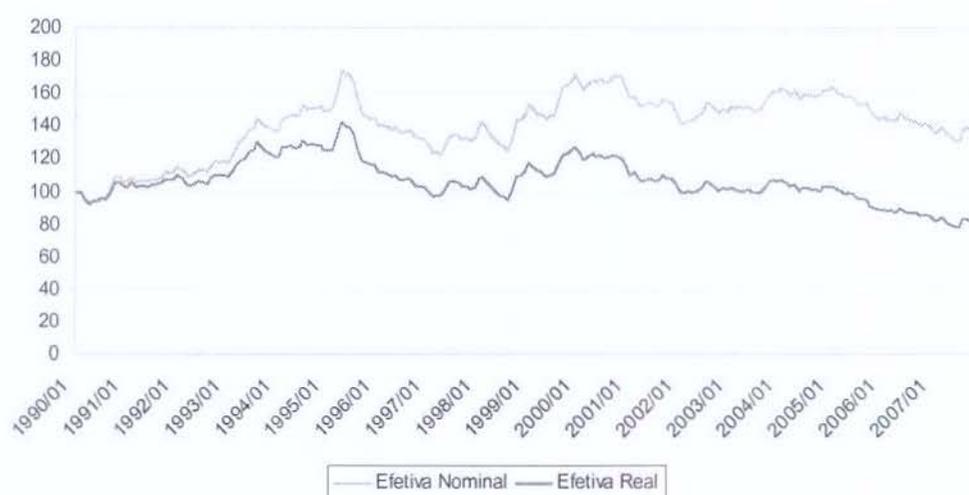
Fonte: Bank of Japan

A Taxa de Câmbio teve uma trajetória favorável no período analisado. O processo de desvalorização do Iene se inicia em 2000, mas a partir de 2005 a desvalorização é acentuada,

desvalorizando em 18% em termos reais no período de 2005 a meados de 2007, contribuindo em grande parte para o sucesso das exportações japonesas.

Gráfico 7 - Taxa de Câmbio Dólar/Iene

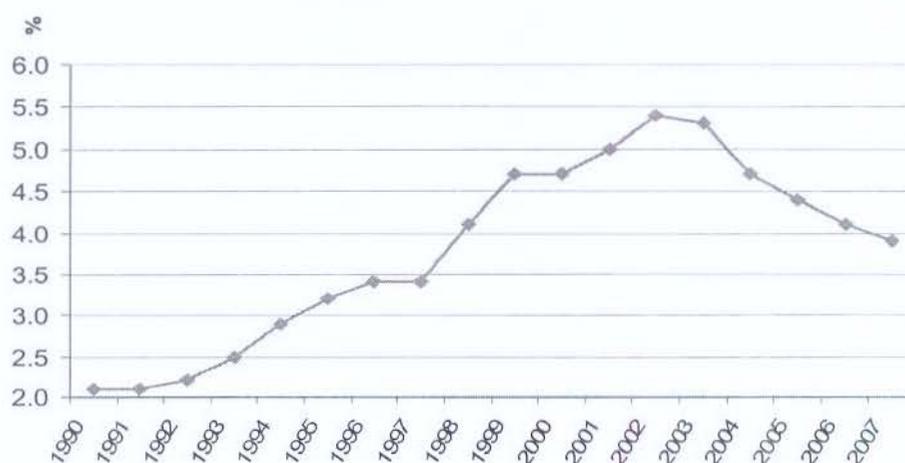
(Base Jan 1990 = 100)



Fonte: Bank of Japan

A partir do Gráfico 8 é possível perceber que o Japão vinha enfrentando durante a década de 1990 um processo persistente de elevação nas taxas de desemprego, atingindo a marca de 5,4% em 2002. A partir de então o desemprego começou a cair, tendência esta que continua, embora o quadro ainda esteja longe daquele do início da década.

Gráfico 8 - Taxa de Desemprego (ajustada sazonalmente)



Fonte: Ministry of Internal Affairs and Communication

Através da análise dos dados, a recuperação dos principais índices econômicos no período de 2002 a 2007 é notável, ainda mais se compararmos à década de 1990, que foi desastrosa para a economia japonesa. Um fator que pode ter exercido um papel relevante nesse processo é a China. Para isso, analisaremos com mais detalhes a relação entre esses dois países no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 – A ECONOMIA CHINESA E SEU PAPEL NA RECUPERAÇÃO DA ECONOMIA JAPONESA

No presente capítulo, são analisadas as conexões entre o Japão e a China na economia mundial, examinado-se o estreitamento das relações entre os dois países a partir de 2002, especialmente as comerciais. Na primeira parte aborda-se a economia chinesa e sua inserção na dinâmica regional asiática. Na segunda, analisa-se o comportamento das relações entre Japão e China, com o intuito de inferir se houve, de fato, uma participação significativa da segunda na recuperação econômica japonesa.

2.1 A CHINA E A DINÂMICA REGIONAL ASIÁTICA

Frente às pressões americanas, a abertura financeira da economia japonesa foi realizada nos anos 1980 e, com a drástica valorização do iene frente ao dólar, especialmente entre 1985 e 1995, implicaram em uma pressão de custos para a produção e exportação. Em resposta a esse novo desafio, o Japão iniciou um intenso processo de internacionalização produtiva.

Dessa maneira, a China, bem como países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), entre eles a Tailândia, Malásia, Filipinas e Indonésia, beneficiou-se dos investimentos externos, sobretudo japoneses e do comércio regional a eles associados. “Formou-se uma dinâmica triangulação entre o Japão, o principal fornecedor de bens de capital para a China e demais países da ASEAN, o conjunto dos países da ASEAN ao lado da Coreia e China, cuja corrente de comércio sobretudo intra-regional cresceu a taxas extraordinárias, e o EUA, que se afirmaram como importadores líquidos e assim “consumidores de última instância” da produção manufatureira regional” (Medeiros, 2004, p. 166).

Esta divisão internacional do trabalho, marcada pelo conflito bilateral entre os EUA e Japão e pela ampla complementaridade entre os EUA e os países asiáticos produtores de manufaturas baratas, deu lugar a uma ampla divisão regional do trabalho. Esta foi operada em grande parte pelas redes de comércio internas às grandes empresas e levou a uma forte expansão das correntes de comércio, sobretudo em países de menor nível desenvolvimento ou estreito mercado interno (Medeiros, 2004, p. 166).

A China com suas Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e regimes comerciais voltados especificamente a absorver os capitais participou amplamente deste movimento. Nesta fase, a China seguia uma estratégia de crescimento impulsionada pelos investimentos públicos semelhante à adotada pelo governo coreano e de Taiwan, exportando manufaturas baratas, não se distinguindo dos outros países do ASEAN.

Essa dinâmica regional com etapas sucessivas de desenvolvimento entre os diversos países possibilitou um crescimento encadeado dos mesmos, que tinham estágios diferentes de desenvolvimento, e ficou conhecida como o paradigma dos “Gansos Voadores”². O modelo descreve que os países se especializam na exportação de produtos em que eles possuem uma vantagem comparativa de acordo com os seus níveis de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, procuram melhorar as suas estruturas industriais através do aumento da sua dotação de capital e tecnologia. O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) dos países mais avançados para os países menos desenvolvidos, através da realocação de suas indústrias, desempenha um papel preponderante neste processo (Kwan, 2002).

Porém, com a desvalorização do iene a partir de 1995 e o declínio do Investimento Direto Estrangeiro japonês, além da crise Asiática em 1997, essa dinâmica regional sofreu profundas alterações.

Isto porque as economias asiáticas possuíam regimes cambiais atrelados ao dólar. Com a desvalorização do iene, as principais moedas asiáticas sofreram uma valorização real. Somente o yuan sofreu uma desvalorização, levando a uma queda nos preços das exportações chinesas, aumentando a concorrência regional e conduzindo a China a ocupar um papel crescente no mercado americano, deslocando outros produtores da ASEAN.

Isto, aliado aos processos de abertura e desregulamentação financeira das economias do leste asiático, mudou a estrutura de financiamento externo das mesmas. O financiamento de curto prazo passou a ser predominante e contraído em moeda estrangeira, aumentando o risco de crédito e cambial. Após os ataques especulativos sofrido pelo *baht* da Tailândia, *rupiah* da Indonésia e *ringgit* da Malásia em 1997, além da desvalorização do *won* da Coreia, houve uma drástica reversão dos fluxos de capital nestes países e conseqüentemente tiveram sua liquidez externa debilitada muito rapidamente, desencadeando em uma grave crise financeira. Indonésia e Malásia, em particular, entraram em uma profunda recessão (Medeiros, 2006).

² Para mais detalhes, ver Palma 2004.

Após a recessão que atingiu estas economias, as exportações asiáticas passaram a crescer novamente a partir de 2001, em função do alto crescimento da China. Esta passou a constituir um grande pólo de desenvolvimento, em função da expansão de sua demanda doméstica, transformando a dinâmica regional asiática.

Assim, a China enquanto grande mercado interno em expansão tornou - se o principal magneto para o desenvolvimento asiático. Graças à manutenção de um extraordinário crescimento econômico e da estabilidade do RMB, [...] a China se afirmou como um exportador líquido para os EUA e o Japão transformou - se, simultaneamente, num importador líquido para a Ásia. Esta mudança no comércio regional começou por alterar a dinâmica do crescimento asiático centrada nos EUA como mercado final e fez da China uma máquina do crescimento regional e de sua estabilização (Medeiros, 2006, p.382).

O motor de crescimento da economia chinesa é pautado na industrialização acelerada e na corrente de comércio. Segundo Medeiros (2006), essa expansão é resultado da afirmação da China como um “duplo pólo”, ou seja, principal produtor de manufaturas intensivas em mão-de-obra e grande mercado para a produção mundial de máquinas e equipamentos, indústrias de tecnologia e matérias-primas, papel que jamais foi exercido pelo Japão.

Esse movimento tem gerado um forte impacto sobre a região asiática. Ao contrário do modelo dos “Gansos Voadores” em que o Japão se concentrou em produtos de maior valor agregado e abriu espaço para que as economias tecnologicamente mais atrasadas de especializassem em manufaturas, ao a China produzir os mesmos produtos que os países do ASEAN, fecha espaço para terceiros mercados.

“Em primeiro lugar existe um *efeito de estrutura* decorrente da pauta exportadora e importadora chinesa. Há aqui dois mecanismos. De um lado, um mecanismo substitutivo gerado pelas exportações chinesas em terceiros mercados, particularmente nos EUA sobre as exportações asiáticas. As plataformas exportadoras chinesas de produtos intensivos em mão-de-obra deslocam produtores asiáticos destes bens e absorvem capitais voltados para a sua produção e exportações mundiais. Associado a estas exportações existe, em segundo lugar, um mecanismo complementar, decorrente das importações de insumos, partes e componentes e bens de capital. Este duplo movimento atinge de forma diferenciada os países segundo suas capacitações tecnológicas específicas favorecendo os mais avançados na produção de bens de capital e aqueles produtores especializados de matérias-primas. Mas há um segundo efeito, que no padrão de desenvolvimento anterior era exercido pelos EUA. Trata-se do *efeito escala*, associado ao ritmo de crescimento do mercado interno chinês. Este efeito age contrariamente ao mecanismo substitutivo, permitindo que os produtores de bens intensivos de mão-de-obra possam compensar a queda de sua participação em terceiros mercados com o aumento de suas exportações para a China” (Medeiros, 2006, p.389).

Dessa maneira, é inegável o papel desempenhado pela China como uma mola propulsora do dinamismo asiático. Os dois efeitos descritos acima tiveram um impacto importante para a retomada do crescimento japonês, ante sua condição de supridor de máquinas e equipamentos para a sustentação da trajetória de crescimento acelerada chinesa, e serão discutidos com mais detalhes no tópico seguinte.

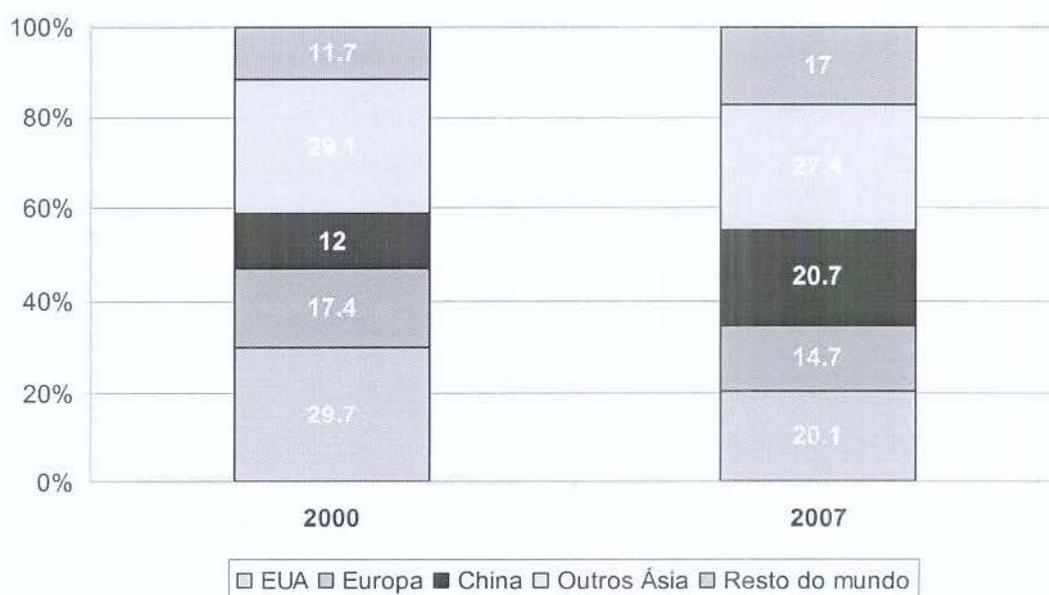
2.2 AS RELAÇÕES JAPÃO-CHINA

A expansão iniciada em 2002 reverteu uma década de estagnação econômica no Japão e foi impulsionada pelo forte crescimento dos investimentos privados e, principalmente, das exportações, como já salientado no capítulo anterior.

As exportações foram sustentadas pelo aumento da integração do Japão com a economia mundial, devido ao ambiente econômico favorável, aliada à desvalorização de 18% do Iene em termos reais no período de 2005 a meados de 2007.

Dentre as economias, os países asiáticos, que em 2002 representavam 41% das exportações japonesas, tiveram participação crescente atingindo 48% em 2007, liderados pela força econômica emergente desempenhada pela China (OCDE 2008).

Gráfico 9 - Participação nas exportações Japonesas



O papel da China na economia global tem aumentado drasticamente nos últimos 25 anos. O PIB cresceu a uma taxa média anual de mais de 9%, enquanto sua participação no comércio mundial passou de menos de 1% para 6,5% no período. A China é hoje a segunda maior economia em paridade de poder de compra e a terceira maior nação comercial do mundo. Desde 2003, a China tem sido o principal destino do mundo para o investimento direto estrangeiro (Zhang, 2007).

Com o alto crescimento da economia chinesa, esta se tornou um dos principais motores do desenvolvimento da região. A rápida expansão de suas indústrias, das exportações e do seu mercado consumidor levou a uma onda de procura por matérias-primas, energia, produtos intermediários, produtos acabados, máquinas, equipamentos e serviços de todos os tipos dos países da ASEAN e mais o Japão (Zhang, 2007).

Enquanto a ASEAN e a economia chinesa competem em seus mercados domésticos e em terceiros mercados particularmente com produtos trabalho-intensivos, como vestuário, têxteis, calçados, produtos eletrônicos, máquinas de escritório e peças, as exportações japonesas não competem diretamente com as chinesas e, pelo contrário, elas se complementam. Há uma clara divisão do trabalho entre o Japão e a China (Kwan, 2002, Zhang, 2007).

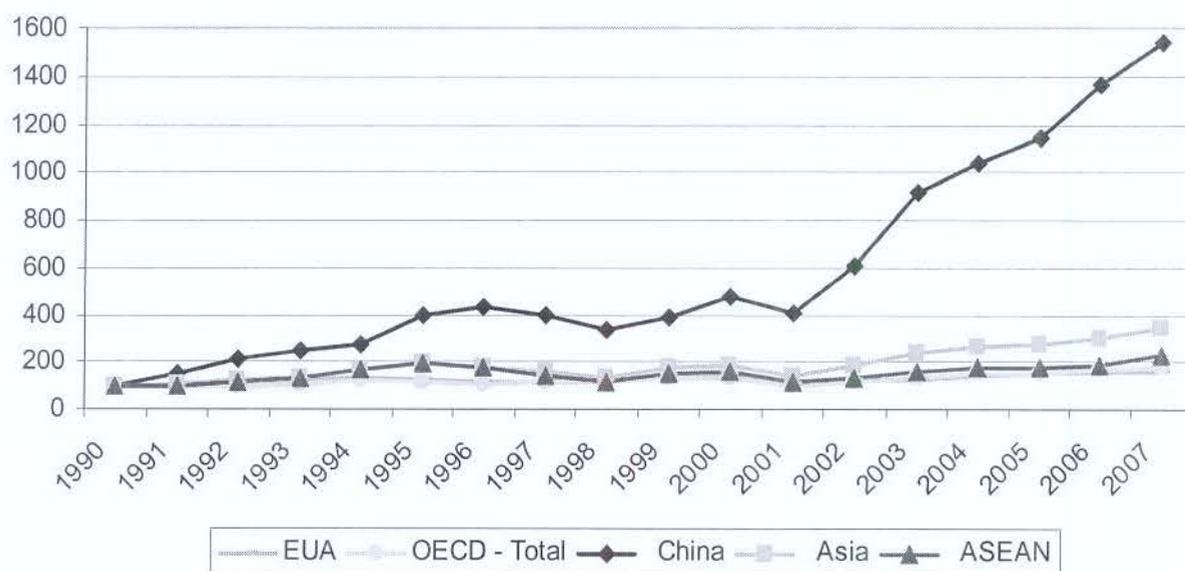
A relação de complementaridade é refletida no padrão de comércio da “grande China”, favorecendo em grande parte produtores japoneses. O Japão é um grande fornecedor de bens de capital e produtos intensivos em tecnologia, assim encontra na China o seu principal mercado em expansão.

“A corrente de comércio e os fluxos de investimento entre Japão e China [...] formam um padrão de comércio em que o país industrialmente mais avançado exporta produtos de maior conteúdo tecnológico — produtos que incluem *Original Equipment Machine* (OEM) e hoje concentrados na TI — e importa partes e peças industriais intensivas em mão-de-obra usadas como insumos em produtos de maior valor unitário e bens industriais de consumo final” (Medeiros, 2006, p.390).

De fato, o comércio do Japão com a China vem se intensificando substancialmente nos últimos anos, alcançando o recorde de US\$190 bilhões em 2005, após sete anos contínuos de crescimento das exportações e importações japonesas para a China. Entre 2001 e 2005, as exportações do Japão para a China cresceram 2,5 vezes (Watanabe, 2006). Desde 1990 a taxa de crescimento desta corrente de comércio excede a que a China apresentou com o resto do mundo. As exportações japonesas voltadas para a China e os investimentos conectados com

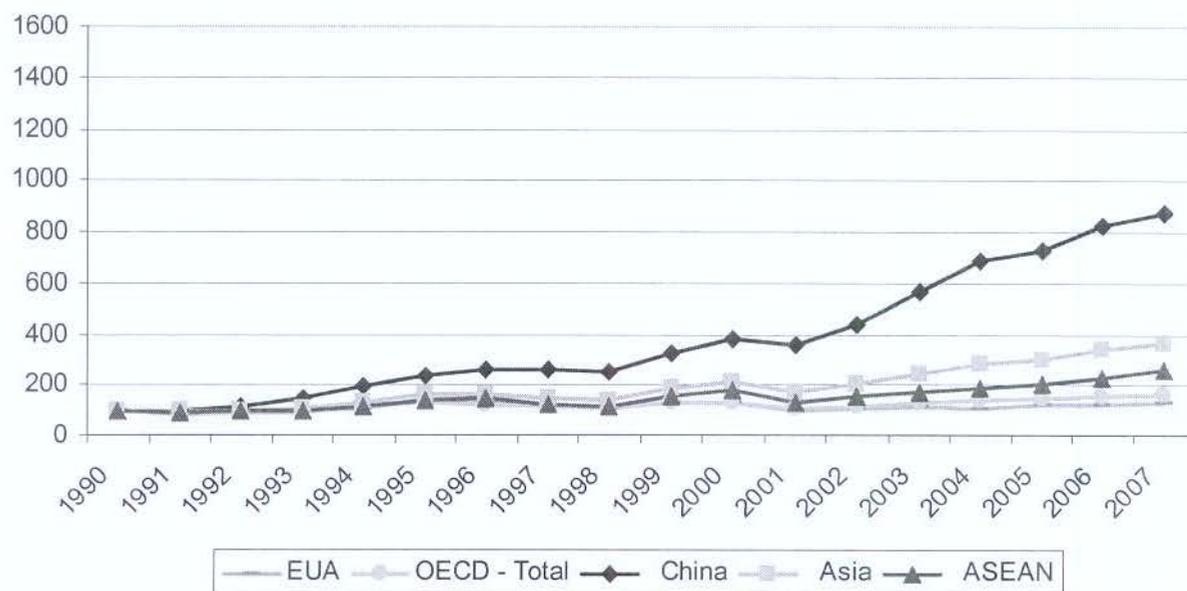
estas cresceram a taxas extraordinárias nos últimos anos afirmando-se no principal impulso para a recuperação japonesa (Medeiros, 2006).

Gráfico 10 - Exportações japonesas por parceiros comerciais
(Base 1990 = 100)



Fonte: OCDE, *Monthly Statistics of International Trade*

Gráfico 11 - Importações japonesas por parceiros comerciais
(Base 1990 = 100)



Fonte: OCDE, *Monthly Statistics of International Trade*

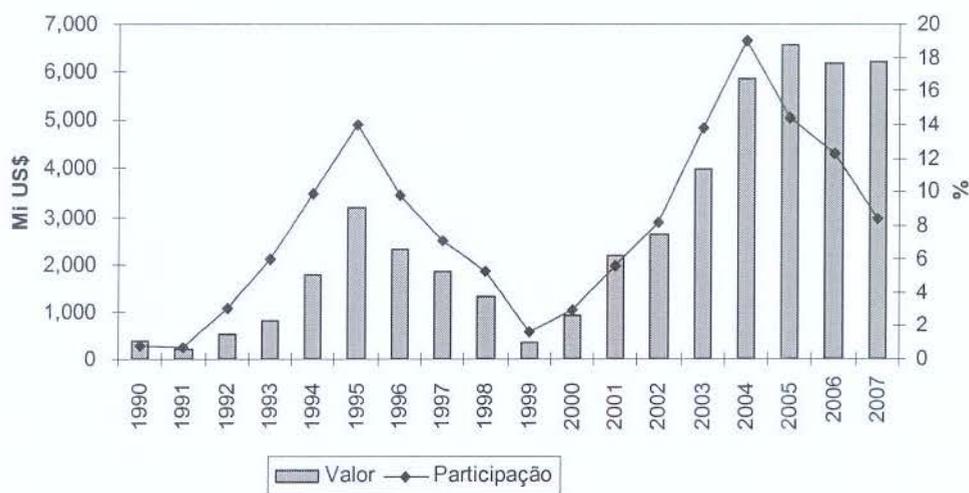
A China foi responsável pelo aumento das exportações japonesas no setor manufatureiro, com uma taxa de crescimento de 16% das exportações para a China na última década. A China se tornou o maior parceiro comercial japonês em 2004, superando o próprio Estados Unidos. O Japão, por sua vez, é o segundo maior mercado de exportação chinês, representando cerca de 11% do total em 2004.

Segundo o *Bank of Japan Research and Statistics Department* (2003)³, as explicações para as exportações japonesas para a China terem aumentado tão significativamente nos últimos anos se devem ao fato do crescimento auto-sustentável da economia chinesa. A demanda doméstica chinesa tem crescido vigorosamente nos anos recentes. Com a elevação da renda e do padrão de vida, o consumo privado vem se expandido, especialmente nas áreas urbanas ao longo da costa. Isto resulta em uma demanda forte por serviços e bens. Além desses produtos, a demanda por bens de capital tem aumentado substancialmente nos últimos anos para suprir esse forte crescimento da economia chinesa.

O rápido aumento no comércio também foi impulsionado pelo forte crescimento do Investimento Direto Estrangeiro, que em 2005 foi 2.2 vezes o valor de 1999, totalizando US\$ 53 bilhões. Especificamente, enquanto o investimento japonês na China foi responsável por 9% do total de investimento estrangeiro japonês no auge dos anos 1990, em 2004, este subiu para 13% (Watanabe, 2006). Devido à política adotada pelo governo chinês de reforçar sua posição em direção à abertura dos mercados na última década, processo que se intensificou após o acesso da China à Organização Mundial de Comércio (OMC) em 2001, o IDE vem crescendo acentuadamente na China. Como membro do OMC, o governo chinês declarou três pilares de política comercial livre: baixar tarifas, abolir barreiras não-tarifárias e desregular o processo de entrada (tratando estrangeiros e locais como iguais).

Assim, não somente projetos de infra-estrutura físicos, mas também institucionais, como estruturas legais, passaram a ser estabelecidas. Dadas estas circunstâncias, os IDEs, incluídos os japoneses, tem aumentado substancialmente desde 2000 na China. Além disso, há grande destaque para a proximidade geográfica do mercado doméstico da China e os menores custos de mão-de-obra chinês, que representam em média apenas cerca de 5% do que é no Japão (OCDE, 2008).

³ Bank of Japan - Research and Statistics Department. Economic Commentary. *Trade Between Japan and China: Dramatic Expansion and Structural Changes*. Japan, 2003

Gráfico 12 - IDE Japonês na China

Fonte: Jetro

“Estes movimentos com amplos impactos nos fluxos de comércio e investimento estão associados à decisão das grandes corporações de consolidar na China a base manufatureira mundial de bens eletrônicos de consumo” (Medeiros, 2006, p. 392).

A construção das plantas tem sido integrada, principalmente nas áreas costeiras, fazendo um papel importante na divisão internacional do trabalho para produtos relacionados à Tecnologia da Informação (TI), com destaque para computadores. Dos bens exportados do Japão para a China a partir de 2002 que se aceleraram, os bens de capital e bens relacionados à TI vem ocupando uma participação significativa crescente no total (BoJ, 2003).

No lado da oferta, esta integração da base produtiva encorajou um aumento de fornecedores provendo peças e equipamentos especializados. Por outro lado, na demanda, foi possível a expansão do consumo através da criação de renda. E estes efeitos, de maneira conjunta, atraíram mais investimento direto e introduziu um ciclo de crescimento favorável na região (BoJ, 2003).

Por esta razão, afirma OCDE:

China has clearly played a key role in Japan’s current economic expansion, which was driven primarily by external demand between 2002 and 2004. Growing trade with China has offset Japan’s falling export market share in the OCDE area. Indeed, Japan’s share of intra-OCDE imports of goods and services has fallen by 24% since 1995, the largest decline in the OCDE area. Increased exports to China limited the decline in Japan’s share of world exports, which fell from

7.5 to 5% over the past decade. In sum, Japan has been the OCDE country most affected by China's growing role in the world economy, which has accelerated the re-organisation of production in East Asia and the expansion of trade (OCDE, 2006, p.183).

CEDOC - IE - UNICAMP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão na economia japonesa no período de 2002 a 2007 foi impulsionada principalmente pelo crescimento das exportações, responsável por quase dois terços do crescimento do produto. Ela também foi alimentada em parte pelo enfraquecimento do iene, que se desvalorizou 17% em termos reais durante o curso da expansão, e pelo aprofundamento da integração do Japão com outros países asiáticos. A China foi a principal fonte de demanda externa, contribuindo para o aumento da participação da Ásia no total das exportações japonesas em quase 50%.

Essa recuperação liderada pelas exportações, que teve início em 2002, perdeu força no final de 2007 no contexto da desaceleração do comércio mundial. A produção começou a contrair a partir do segundo trimestre de 2008, antes mesmo da crise financeira global se intensificar em setembro do mesmo ano. Embora o Japão não estivesse no epicentro da crise, a sua economia dependente da exportação ficou vulnerável ao colapso do comércio mundial, que resultou na sua mais severa recessão do pós-guerra. Exportações e a produção industrial caíram cerca de um terço em termos de volume entre Setembro de 2008 e Fevereiro de 2009, levando a um aumento do desemprego sem precedentes e a uma diminuição dos salários. Além disso, a inflação tornou-se negativa. (OCDE, 2009)

Dessa maneira, é possível concluir que como essa recuperação foi dirigida em grande parte pela demanda externa, ela se mostrou bastante dependente dos movimentos do comércio global, o que difere esta recuperação das demais, que tiveram uma ampla participação da demanda doméstica. Portanto, por não se tratar de uma recuperação vigorosa, o título desta monografia atribuiu aspas ao termo recuperação. Somente o papel desempenhado pela China não se mostrou suficiente para que a recuperação da economia japonesa se mostrasse sustentável no longo prazo, tendo em vista que o Japão foi profundamente afetado pela crise mundial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DO JAPÃO - Research and Statistics Department. Economic Commentary. "Trade Between Japan and China: Dramatic Expansion and Structural Changes". Japan, 2003

HANZAWA, E. S. "O Debate sobre a Estagnação Japonesa". São Paulo: PUC-SP, Dissertação de Mestrado, 2004.

KWAN, C.H. "The Rise of China and Asia's Flying-Geese Pattern of Economic Development: An Empirical Analysis Based on US Import Statistics", RIETI Discussion Paper Series 02-J-009, 2002.

LEVI, M. L. "Liberalização Financeira, Bolha Especulativa Crise Bancária no Japão". In: *Revista de Economia Política*, vol. 17, nº1, São Paulo: jan-mar de 1997, p. 40-59.

MATTOS, F. "Retrospectiva histórica do processo de globalização financeira". In: *Globalização: a vaca louca do capitalismo avançado*. Petrópolis, Vozes, p.43-70, 1998.

MEDEIROS, C. A. "A Economia Política da Internacionalização sob Liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China" In: FIORI, J. L. C. (Org.), *O Poder Americano*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 139-177, 2004.

_____. "A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática", 2005 (Trabalho não-publicado).

_____. "A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática". *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 3, jul./set., 2006.

MELIN, L. E. "O Enquadramento do Iene: a trajetória do câmbio japonês desde 1971". In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Org.), *Poder e Dinheiro*. Uma Economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, p. 347-382,1997.

MERSCHMANN, G. “As reformas institucionais e a recuperação da economia do Japão”. Campinas: UNICAMP.IE, 2007. (Monografia)

OCDE. Economic Surveys of Japan 2005, 2006, 2008 e 2009.

PALMA, G. “Gansos voadores e patos vulneráveis: a diferença da liderança do Japão e dos Estados Unidos, no desenvolvimento do Sudeste Asiático e da América Latina”, in: FIORI, J.L. (Org.) *O poder americano*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 393-454, 2004.

ROSA, L.F. “A formação do sistema financeiro internacional do pós II Grande Guerra”. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 25, 31/01/2006 [Internet]. Disponível em http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=701. Acesso em 17/12/2009.

TAVARES. M.C. “Japão: um caso exemplar de capitalismo organizado”. Brasília, CEPAL, 1991.

_____. “A Retomada da Hegemonia Norte-americana” In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Org.), *Poder e Dinheiro*. Uma Economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, p. 27-53,1997.

TORRES FILHO, E. T. “A Crise da Economia Japonesa nos anos 90 e a Retomada da Hegemonia Americana”. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (Org.), *Poder e Dinheiro*. Uma Economia política da globalização. Petrópolis: Editora Vozes, p. 383-411,1997.

_____. “Japão: da industrialização tardia à globalização financeira”. In: FIORI, J. L. (Org.), *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Editora Vozes, p. 223-249, 1999.

WATANABE, O. “Deepening Economic Interdependency between China and Japan and Challenges for the Future”. In: Symposium on Japan-China Business Alliance in Beijing, 8 de junho de 2006, Pequim.

ZHANG, D. D. “The impact of China’s growth”. In: PANGESTU, M. & SONG, L. (Eds), *Japan’s future in East Asia and the Pacific*. Asia Pacific Press, 2007.

- **BOJ (Banco do Japão)**. Disponível em: <<http://www.boj.or.jp/en/>>.
- **Cabinet Office of Japan**. Disponível em: <<http://www.cao.go.jp/index-e.html>>
- **Japan External Trade Organisation (JETRO)**. Disponível em: <www.jetro.org.jp>.
- **Japan Ministry of Finance**. Disponível em: <<http://www.mof.go.jp/english/>>.
- **Japan Ministry of Health, Labour and Welfare**. Disponível em: <<http://www.mhlw.go.jp/english/index.html>>.
- **Japan Ministry of Internal Affairs and Communication**. Disponível em: <<http://www.soumu.go.jp/english/>>.